RESUMO

Este artigo discute a importância da documentação pedagógica como instrumento de intencionalidade educativa e de fortalecimento da prática pedagógica nas instituições de ensino. Fundamenta-se na compreensão de que uma educação de qualidade requer uma escola organizada de forma intencional, com planejamento coletivo e ações voltadas ao desenvolvimento integral e à aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, a documentação pedagógica possibilita registrar, acompanhar, interpretar e refletir sobre os processos de ensino e aprendizagem, tornando visíveis as experiências vivenciadas no cotidiano escolar. O estudo destaca a estreita relação entre a documentação pedagógica e o Projeto Político-Pedagógico (PPP), compreendendo-os como instrumentos complementares que orientam a organização do trabalho pedagógico, fortalecem a identidade institucional, preservam a memória da unidade educacional e favorecem a avaliação contínua das práticas educativas. Conclui-se que ambos constituem importantes mecanismos de gestão, planejamento e reflexão coletiva, contribuindo para a construção de uma escola democrática, participativa e comprometida com a melhoria permanente da qualidade da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Documentação Pedagógica; Intencionalidade Educativa; Projeto Político-Pedagógico; Planejamento Pedagógico; Prática Pedagógica; Gestão Democrática.

ABSTRACT

This study discusses the importance of pedagogical documentation as an instrument of educational intentionality and as a means of strengthening pedagogical practices in educational institutions. It is based on the understanding that quality education requires an intentionally organized school, collective planning, and actions focused on the integral development and learning of students. In this context, pedagogical documentation enables the recording, monitoring, interpretation, and reflection on teaching and learning processes, making the experiences lived in the school context visible. The study also highlights the close relationship between pedagogical documentation and the Political-Pedagogical Project (PPP), understanding both as complementary instruments that guide the organization of pedagogical work, strengthen institutional identity, preserve the educational institution's memory, and support the continuous evaluation of educational practices. Through a qualitative and bibliographic approach, the study analyzes theoretical contributions and official educational documents related to pedagogical documentation, planning, assessment, and educational intentionality. It is concluded that pedagogical documentation and the PPP are important instruments for management, planning, and collective reflection, contributing to the construction of a democratic, participatory school committed to the continuous improvement of the quality of education.

KEYWORDS: pedagogical documentation; educational intentionality; Political-Pedagogical Project; pedagogical planning; pedagogical practice; democratic management.

INTRODUÇÃO

A educação de qualidade depende de uma escola que desenvolva suas ações de forma intencional, planejada e comprometida com a aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, a documentação pedagógica assume um papel fundamental, pois registra, orienta e dá significado às práticas educativas, tornando visíveis os processos de ensino e aprendizagem e favorecendo a reflexão sobre o trabalho desenvolvido.

Para consolidar-se como um instrumento de acompanhamento, reflexão e avaliação, a documentação pedagógica caminha lado a lado com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), uma vez que ambos compartilham o compromisso de orientar as ações da unidade educacional e promover a melhoria contínua da prática pedagógica. Mais do que do-

cumentos administrativos, constituem instrumentos que organizam o trabalho coletivo, fortalecem a identidade da escola, preservam sua história e garantem a continuidade das ações pedagógicas, permitindo que as experiências, os desafios e os avanços da comunidade escolar sejam registrados e continuamente revisitados.

Com as transformações ocorridas na educação contemporânea, os registros pedagógicos passaram por um processo de ressignificação, ampliando sua função para além da simples descrição das atividades realizadas em sala de aula. Nesse contexto, consolidou-se o conceito de documentação pedagógica, compreendida como um instrumento de observação, registro, interpretação e reflexão sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Na Educação Infantil, a documentação pedagógica permite aos professores historicizar as experiências vivenciadas no cotidiano, tornando visíveis os percursos de aprendizagem, as interações, as descobertas e as múltiplas formas de expressão das crianças. Dessa maneira, deixa de ser apenas um registro das práticas educativas para constituir-se em um recurso que subsidia o planejamento, a avaliação e a reorganização das ações pedagógicas, fortalecendo a intencionalidade educativa e contribuindo para a construção de uma prática docente reflexiva e comprometida com a aprendizagem.

Por meio desses registros, torna-se possível acompanhar os percursos de aprendizagem, refletir sobre as práticas pedagógicas e atribuir visibilidade às experiências, descobertas e interações que constituem o desenvolvimento infantil. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) estabelecem que a avaliação das crianças deve ocorrer por meio do acompanhamento e do registro de seus processos de desenvolvimento e aprendizagem, sem finalidade classificatória ou de promoção. Assim, a documentação pedagógica assume um papel essencial ao permitir que professores acompanhem continuamente as experiências das crianças, valorizando seus avanços e respeitando seus tempos e singularidades.

Nessa perspectiva, a documentação pedagógica está diretamente relacionada à intencionalidade educativa. A prática docente exige planejamento, observação, escuta sensível e reflexão constante, de modo que os registros produzidos não sejam apenas um arquivo de acontecimentos, mas instrumentos que orientem novas intervenções pedagógicas. Documentar significa atribuir sentido às experiências educativas, compreender os processos de aprendizagem e tomar decisões fundamentadas para qualificar o trabalho pedagógico. Essa concepção dialoga com a abordagem de Loris Malaguzzi, idealizador da experiência de Reggio Emilia, para quem a documentação pedagógica torna visível o pensamento das crianças, permitindo que educadores, famílias e a própria comunidade escolar compreendam como o conhecimento é construído. Para Malaguzzi, documentar não significa apenas registrar fatos, mas interpretar os processos de aprendizagem e utilizá-los como base para a reflexão e a construção coletiva do conhecimento.

Da mesma forma, as contribuições de Paulo Freire reforçam a importância de uma prática pedagógica reflexiva e crítica. O autor defende que o professor é um sujeito que observa, analisa, registra e ressignifica sua prática, construindo conhecimentos a partir da realidade vivida. Sob essa perspectiva, a documentação pedagógica favorece uma educação dialógica, investigativa e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças.

A documentação pedagógica também se articula ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento que expressa a identidade da instituição de ensino e orienta suas ações educativas. Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), cada instituição deve elaborar sua proposta pedagógica de forma coletiva, considerando sua realidade e seus objetivos educacionais. Assim, o PPP constitui um documento dinâmico, permanentemente revisitado, registrando a trajetória da escola, seus avanços, desafios e perspectivas de melhoria. Nesse contexto, documentação

pedagógica e Projeto Político-Pedagógico são instrumentos complementares. Enquanto a documentação registra e interpreta o cotidiano das aprendizagens, o PPP organiza, fundamenta e orienta as práticas institucionais. Ambos fortalecem a gestão democrática, favorecem a participação da comunidade escolar e promovem processos contínuos de planejamento, avaliação e reflexão, contribuindo para a construção de uma escola intencional, participativa e comprometida com a qualidade social da educação.

DESENVOLVIMENTO

A escola necessária é aquela impregnada de intencionalidade educativa. Isso significa que cada espaço, atividade e interação é planejado para favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes. O ambiente escolar deve ser cuidadosamente organizado por meio de um esforço coletivo, envolvendo equipe gestora, professores, funcionários, estudantes e famílias. Dessa forma, criam-se condições, situações e processos que promovem aprendizagens significativas e respeitam as diferentes necessidades dos alunos. Nesta perspectiva, a documentação pedagógica exerce uma função primordial, possibilita registrar experiências, acompanhar o desenvolvimento das crianças e refletir sobre as práticas pedagógicas, carrega o contexto histórico vivido e aprendido. Ao documentar o cotidiano escolar, o professor torna visíveis os processos de aprendizagem, identifica avanços, desafios e necessidades de intervenção, além de subsidiar o planejamento de novas ações educativas.

O Projeto Político-Pedagógico representa a identidade da unidade educacional e orienta todas as suas ações. Precisa ser entendido como um documento dinâmico, flexível, constantemente revisitado e atualizado de acordo com as transformações da comunidade escolar, das políticas educacionais e das necessidades dos estudantes, tornando-se um instrumento de historicidade da instituição. Ele preserva a memória da escola, evidencia sua trajetória e fortalece a construção de uma gestão democrática e participativa, permitindo que as decisões sejam fundamentadas na reflexão coletiva.

Além disso, a articulação entre a documentação pedagógica e o PPP favorece a avaliação contínua das práticas educativas. Os registros produzidos no cotidiano fornecem informações importantes para revisar objetivos, reorganizar estratégias de ensino e aperfeiçoar o trabalho pedagógico, garantindo maior coerência entre o planejamento e a realidade vivenciada pela comunidade escolar.

ACOMPANHAMENTO E OBSERVAÇÃO

A avaliação na Educação Infantil está fundamentada em concepções de infância, desenvolvimento e aprendizagem, refletindo os princípios que orientam a prática pedagógica. Toda ação avaliativa envolve uma apreciação de valor e, portanto, expressa uma determinada concepção de educação. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) orientam que a avaliação deve ocorrer por meio do acompanhamento contínuo do trabalho pedagógico e do desenvolvimento das crianças, considerando seus percursos individuais de aprendizagem, sem finalidade classificatória, de promoção ou retenção.

Nessa perspectiva, a avaliação constitui um elo entre as experiências vivenciadas pelas crianças no cotidiano e o planejamento desenvolvido pelo professor. Seu propósito é compreender os processos de aprendizagem, identificar potencialidades, interesses, conquistas e desafios, subsidiando a organização de práticas pedagógicas cada vez mais significativas. Assim, avaliar implica observar, escutar, registrar, interpretar e refletir sobre as múltiplas formas pelas quais as crianças constroem conhecimentos e se relacionam com o mundo.

A documentação pedagógica fortalece esse processo ao tornar visíveis as experiências e os percursos de aprendizagem das crianças. Os registros produzidos no cotidiano possibilitam ao educador acompanhar o desenvolvimento infantil de forma contextualizada, valorizando as hipóteses, descobertas, interações, brincadeiras e diferentes linguagens expressivas. Dessa forma, a avaliação

deixa de se restringir à verificação de comportamentos esperados e passa a constituir um processo contínuo de reflexão sobre a prática educativa, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, protagonista de seu desenvolvimento e participante ativa na construção do conhecimento.

A avaliação na Educação Infantil deve considerar cada criança em seu próprio percurso de desenvolvimento, respeitando suas singularidades e evitando comparações com outras crianças (BRASIL, 2012). Compreendida como um processo contínuo, ela tem a finalidade de acompanhar e registrar as experiências, descobertas, interesses, potencialidades e necessidades das crianças, subsidiando o planejamento pedagógico. Essa perspectiva concretiza-se por meio da sistematização de registros significativos do cotidiano, que documentam as interações, as aprendizagens e as diferentes formas de expressão das crianças. Esses registros podem assumir diversas formas, como relatórios descritivos, portfólios, fotografias, filmagens e produções infantis, constituindo a documentação pedagógica.

Segundo Dahlberg, Moss e Pence (2003), a documentação pedagógica vai além da simples observação da criança, pois busca compreender e interpretar os processos de aprendizagem, as relações estabelecidas e as práticas desenvolvidas no contexto educativo. Dessa forma, não se limita à verificação de comportamentos previamente esperados, mas valoriza as experiências vividas e o protagonismo das crianças, tornando visíveis seus percursos de aprendizagem e contribuindo para a reflexão e o aprimoramento da prática pedagógica.

A documentação pedagógica está relacionada ao contexto histórico, às concepções de infância e educação que orientam o trabalho pedagógico e às formas como a aprendizagem é compreendida. Mais do que um registro das atividades realizadas, constitui-se como um processo de interpretação e reflexão sobre as experiências vividas pelas crianças e pelos educadores. Nesse sentido, a documentação pedagógica também pode fortalecer a gestão democrática, ao possibilitar que as diferentes vozes da comunidade educativa — crianças, professores e famílias — sejam reconhecidas e valorizadas no cotidiano institucional.

De acordo com Dahlberg, Moss e Pence (2003), a documentação pedagógica não deve ser compreendida como uma simples observação ou descrição do desenvolvimento infantil, mas como uma prática reflexiva que possibilita compreender como as crianças constroem conhecimentos, como estabelecem relações e como os ambientes educativos favorecem suas experiências, explorações e formas de expressão. Assim, a documentação torna visíveis os processos de aprendizagem e contribui para a reflexão permanente sobre a prática pedagógica. A relação entre documentação e planejamento é fundamental para compreender a intencionalidade educativa. O planejamento não deve ser entendido como uma ação rígida, previamente determinada e desvinculada das experiências reais das crianças. Ao contrário, o planejamento precisa ser constantemente revisitado a partir das observações realizadas pelo professor. Nesse sentido, a documentação permite identificar quais experiências despertaram maior interesse, quais aprendizagens foram evidenciadas, quais dificuldades surgiram e quais novas possibilidades podem ser exploradas. Estabelece-se, assim, um movimento contínuo entre planejamento e documentação: planejar → desenvolver experiências → observar → registrar → interpretar → avaliar → replanejar. Esse movimento fortalece a prática pedagógica e possibilita que as ações sejam mais coerentes com as necessidades e interesses das crianças.

DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico constitui um importante instrumento de organização da instituição educativa. Ele expressa sua identidade, concepções, princípios, objetivos e compromissos com a comunidade escolar. A Lei nº 9.394/1996 estabelece a responsabilidade dos estabelecimentos de ensino pela elaboração e execução de sua proposta pedagógica. Dessa forma, o PPP deve ser com-

preendido como documento construído coletivamente e permanentemente atualizado. A documentação pedagógica contribui para esse processo ao registrar experiências e práticas que fazem parte da trajetória da instituição. Enquanto o PPP apresenta as intenções e os princípios que orientam o trabalho escolar, a documentação pedagógica possibilita observar como essas intenções se materializam no cotidiano. Essa relação permite compreender a escola como uma instituição que aprende e se transforma a partir da reflexão sobre suas próprias práticas. Os registros podem contribuir para reuniões pedagógicas, avaliações institucionais, formação continuada dos professores e revisão das ações previstas no PPP.

A documentação pedagógica constitui uma importante ferramenta para tornar visíveis os processos de aprendizagem das crianças, permitindo ao professor observar, interpretar e refletir sobre suas experiências, hipóteses, descobertas e diferentes formas de expressão. Nessa perspectiva, documentar não significa apenas registrar aquilo que acontece no cotidiano escolar, mas construir interpretações sobre os processos educativos e sobre as concepções de criança e aprendizagem que orientam a prática pedagógica. Assim, a documentação possibilita reconhecer as crianças como sujeitos ativos e competentes na construção do conhecimento (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003).

PAULO FREIRE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA REFLEXIVA

As contribuições de Paulo Freire são importantes para compreender a documentação pedagógica como instrumento de reflexão sobre a prática docente. O autor destaca a importância de uma educação fundamentada no diálogo, na reflexão crítica e na compreensão da realidade vivenciada pelos sujeitos. Para Freire (1996), a reflexão sobre a prática é indispensável ao fazer docente, uma vez que ensinar exige uma postura crítica diante das experiências educativas e das decisões tomadas no cotidiano escolar.

Nessa perspectiva, registrar e analisar as experiências pedagógicas pode favorecer um processo permanente de reflexão sobre a prática, permitindo ao professor retomar situações vivenciadas, questionar suas escolhas e buscar novas possibilidades de atuação. A documentação pedagógica, portanto, pode contribuir para uma prática docente investigativa, crítica e transformadora, na medida em que possibilita ao educador observar, interpretar e reorganizar suas ações pedagógicas.

A documentação pedagógica constitui-se, assim, como instrumento de intencionalidade educativa, pois possibilita estabelecer relações entre aquilo que o professor observa e aquilo que pretende promover pedagogicamente. Uma prática intencional exige conhecimento das crianças, planejamento e capacidade de reflexão. Não basta desenvolver atividades; é necessário compreender as razões que orientam determinada experiência, quais aprendizagens podem ser favorecidas e como as crianças respondem às situações propostas. Nesse sentido, a reflexão crítica sobre a prática torna-se elemento fundamental para a construção de uma ação pedagógica consciente e comprometida com a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças (FREIRE, 1996).

Nesse processo, a documentação funciona como uma ponte entre a experiência e a reflexão. Ao registrar uma situação vivenciada, o professor preserva elementos que poderão ser posteriormente analisados. Uma fala, uma pergunta, uma brincadeira ou uma produção infantil pode revelar conhecimentos e hipóteses importantes. A análise desses registros pode levar o professor a modificar sua prática, ampliar determinado projeto, reorganizar os espaços ou oferecer novos materiais e desafios. Assim, a documentação não representa apenas o passado. Ela também contribui para pensar o futuro da prática pedagógica.

Outro aspecto importante refere-se ao trabalho coletivo. Quando os registros são compartilhados entre professores, coordenação pedagógica e gestão, ampliam-se as possibilidades de interpretação das experiências. Diferentes olhares podem contribuir para compreender melhor os processos educativos. A documentação também pode

fortalecer a relação com as famílias. Ao compartilhar os percursos de aprendizagem, a instituição possibilita que os responsáveis conheçam mais profundamente o trabalho realizado e compreendam o significado pedagógico das experiências vivenciadas pelas crianças. Entretanto, esse processo deve ser realizado de maneira ética, respeitando a privacidade, a dignidade e os direitos das crianças. A documentação precisa valorizar os sujeitos envolvidos sem transformar a criança em objeto de exposição. A documentação pedagógica também contribui para ressignificar a avaliação na Educação Infantil. Ao invés de concentrar-se em resultados ou classificações, a avaliação passa a considerar os processos e os percursos individuais. Os registros permitem identificar transformações que ocorrem ao longo do tempo e compreender que cada criança possui seu próprio ritmo e maneira de aprender. Nesse sentido, avaliar significa acompanhar, interpretar e tomar decisões pedagógicas.

A documentação também possui caráter formativo para o professor. Ao analisar seus registros, o educador pode refletir sobre suas escolhas e compreender aspectos de sua prática que necessitam ser modificados ou aprofundados. Esse processo favorece a construção de uma postura profissional investigativa, na qual o professor não apenas aplica atividades, mas pesquisa sua própria prática. A formação docente, portanto, não acontece somente em cursos ou espaços externos à escola. Ela também ocorre no cotidiano, por meio da reflexão coletiva sobre as experiências vivenciadas.

A documentação pode constituir um importante recurso para reuniões pedagógicas, estudos coletivos e planejamento institucional, contribuindo para uma cultura escolar baseada na reflexão e na aprendizagem profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise bibliográfica realizada, observa-se que a documentação pedagógica apresenta potencial significativo para fortalecer a intencionalidade educativa e qualificar as práticas pedagógicas. Os estudos analisados indicam que documentar permite tornar visíveis os processos de aprendizagem, possibilitando ao professor compreender melhor as crianças e tomar decisões fundamentadas. Também foi possível identificar que a documentação estabelece uma relação direta com o planejamento. Os registros oferecem informações que podem orientar a continuidade dos projetos, a reorganização das experiências e a criação de novas situações de aprendizagem. Outro aspecto identificado refere-se à avaliação. A documentação favorece uma avaliação processual, baseada no acompanhamento do desenvolvimento e das aprendizagens, evitando práticas classificatórias e comparativas. A análise também evidencia a importância da relação entre documentação pedagógica e Projeto Político-Pedagógico. A documentação permite que a instituição conheça melhor sua própria prática e utilize essas informações para avaliar e reorganizar suas ações.

Nesse sentido, a documentação pode contribuir para uma gestão democrática, pois favorece o diálogo e a participação dos diferentes sujeitos que fazem parte da comunidade escolar. Entretanto, para que a documentação cumpra efetivamente sua função pedagógica, é necessário superar uma perspectiva meramente burocrática. Registros produzidos apenas para cumprir exigências administrativas tendem a perder seu potencial reflexivo. É fundamental que as instituições garantam tempo e espaços para que os profissionais possam analisar, discutir e interpretar os registros produzidos. Dessa forma, a documentação pedagógica deve ser incorporada à cultura institucional como uma prática permanente de observação, reflexão, planejamento e avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a documentação pedagógica como instrumento de intencionalidade educativa, destacando sua contribuição para o planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a reflexão sobre as práticas pedagógicas na Educação Infantil. A partir da pesquisa realizada, foi possível compreender que a documentação pedagógica ultrapassa a função

de registrar atividades desenvolvidas. Ela constitui uma prática de observação, interpretação e reflexão que permite tornar visíveis os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. A documentação possibilita ao professor conhecer melhor os sujeitos com os quais trabalha, identificar seus interesses, hipóteses, potencialidades e desafios e, a partir dessas informações, planejar experiências mais significativas. Também foi possível compreender que documentação, planejamento e avaliação constituem processos articulados. O registro fornece elementos para a análise das experiências e para a tomada de decisões pedagógicas, estabelecendo um movimento contínuo de planejamento, observação, documentação, avaliação e replanejamento. A relação entre documentação pedagógica e Projeto Político-Pedagógico também se mostrou fundamental. O PPP expressa as intenções, princípios e objetivos da instituição, enquanto a documentação possibilita acompanhar como essas intenções se concretizam no cotidiano. Dessa forma, ambos podem contribuir para a construção de uma escola democrática, participativa e comprometida com a melhoria da qualidade da educação. Outro aspecto importante refere-se à formação docente. Ao registrar e analisar sua prática, o professor desenvolve uma postura reflexiva e investigativa, tornando-se capaz de questionar suas escolhas e buscar novas possibilidades para o trabalho pedagógico.

Conclui-se, portanto, que a documentação pedagógica constitui um importante instrumento de intencionalidade educativa porque articula observação, registro, interpretação, planejamento, avaliação e reflexão. Quando utilizada de maneira consciente e coletiva, contribui para uma prática pedagógica mais significativa, democrática e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças. Assim, documentar não significa apenas guardar aquilo que aconteceu. Significa produzir memória, compreender processos, reconhecer aprendizagens e construir novas possibilidades. A documentação pedagógica permite que a escola olhe para sua própria prática, reconheça seus avanços, identifique seus desafios e planeje caminhos para sua transformação.

Nesse sentido, investir na documentação pedagógica significa também investir na qualidade do trabalho docente e na construção de uma instituição educativa que reconhece as crianças como sujeitos de direitos, valoriza suas diferentes formas de expressão e compreende a educação como um processo permanente de construção coletiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/CNE, 2009.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MALAGUZZI, Loris. Histórias, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 59-104.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 35. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.